

## Chamada CNPq/MCTI/FNDCT N° 08/2023 – Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação relacionados à Antártica – PROANTAR

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, com financiamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e seguindo as diretrizes emanadas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, torna pública a presente Chamada e convida os interessados a apresentarem propostas nos termos aqui estabelecidos.

### 1 - Objeto

Apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e em inovação, multi e interdisciplinares e multi-institucionais, com incentivo à cooperação internacional, no âmbito do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR, que visem contribuir significativamente para a produção científica brasileira de qualidade, para a geração de conhecimentos científicos, tecnológicos e em inovação relacionados à Antártica.

### Sobre o Programa Ciência Antártica

Esta Chamada visa atender os objetivos do Programa Ciência Antártica para o Brasil e contribuir para a implementação da Década da Ciência Oceânica das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, ambas ações coordenadas pelo MCTI.

O Programa Ciência Antártica do MCTI tem por objetivo desenvolver pesquisa de excelência sobre a região antártica e suas conexões com o Oceano Atlântico e a América do Sul, assegurando a permanência do Brasil como membro consultivo do Tratado da Antártica. O Programa visa produzir e gerir o conhecimento; apoiar a interface entre políticas públicas e o conhecimento científico; promover a divulgação da ciência; e estabelecer parcerias nacionais e internacionais para o desenvolvimento da ciência.

#### 1.1 - São objetivos e diretrizes desta chamada:

- a) Apoiar projetos científicos e tecnológicos que busquem investigar as conexões entre o ambiente antártico e o brasileiro, ampliando o conhecimento sobre o tema e priorizando as diretrizes científicas do Plano Decenal para Ciência Antártica do Brasil e do Comitê Nacional para Pesquisas Antárticas – CONAPA, as quais estão em consonância com o *Scientific Committee on Antarctic Research* (SCAR);
- b) Apoiar projetos científicos e tecnológicos que sejam executados em cooperação internacional;
- c) Apoiar a formação, a institucionalização e a consolidação de grupos nacionais de excelência em pesquisa antártica.
- d) promover ações de educação, popularização e/ou divulgação científica para diferentes tipos de público, alcançando amplos setores da sociedade, em articulação com especialistas, grupos e instituições que atuam nas áreas de educação formal e não formal (por exemplo: escolas, núcleos de extensão, museus, centros de ciências, zoológicos, jardins botânicos, aquários, centros de visitantes de unidades de conservação e organizações não governamentais).

**1.2** - Os projetos deverão ser inseridos nas seguintes Linhas de pesquisa:

**1.2.1 - Linha 1 – Criosfera, dinâmica atmosférica e mudanças climáticas:** Destinada a projetos que contemplem o papel da criosfera no sistema terrestre e suas interações com a América do Sul ou dinâmica da média e alta atmosfera na Antártica, interações com o geoespaço e as conexões com a região tropical sul-americana ou mudanças climáticas e o oceano austral.

**1.2.2 - Linha 2 – Biodiversidade antártica:** Destinada a projetos que contemplem a biodiversidade antártica, o impacto das mudanças climática e conexões com América do Sul e Ártico.

**1.2.3 - Linha 3 – Geodinâmica, Química dos Oceanos e Poluição Marinha:** Destinada a projetos que contemplem a geodinâmica e história geológica da Antártica e suas relações com a América do Sul ou a química dos oceanos, geoquímica marinha e poluição marinha.

**1.2.4 - Linha 4 – Ciências Humanas e Sociais, e Saúde Polar:** Destinada a projetos que contemplem as ciências humanas e sociais ou a biologia humana e saúde polar.

**1.2.5 - Linha 5 – Projetos de Grupos de Pesquisa Emergentes:** Destinada a projetos que contemplem ao menos um dos tópicos das linhas anteriores, cujo coordenador tenha obtido o título de doutor a partir de 2012.

**1.2.6 - Linha 6 – Comunicação Pública:** Destinada a projetos que contemplem a comunicação pública e difusão científica.

**1.2.6.1** - Na construção das propostas do Projeto de Comunicação Pública da Ciência Antártica as diretrizes a serem consideradas são:

a) Ampliação e potencialização da divulgação científica produzida pelos projetos para um público mais amplo, de modo a fortalecer o engajamento da sociedade na conservação ambiental e importância da região antártica para o planeta, ampliando a divulgação dos resultados da ciência antártica em geral (do Brasil e do mundo) em seus canais de divulgação e de comunicação; aproximando os resultados das pesquisas dos gestores públicos, formuladores de políticas públicas e distintos públicos que compõem a sociedade.

b) Reconhecimento do direito à informação, da cidadania, da cultura científica e da troca de saberes e valorização da percepção pública da ciência e da compreensão das relações entre ciência, tecnologia, inovação, sociedade e ambiente;

c) Valorização de metodologias e perspectivas participativas e cooperativas de comunicação pública da ciência, em diálogo com os pesquisadores e os diferentes públicos envolvidos e em consonância com as diretrizes do Programa; e

d) Promoção da integração e articulação de coordenadores de projetos na proposta de comunicação pública da ciência para o Programa.

### **1.3 - Pesquisas no Ártico**

**1.3.1** - A realização de pesquisas contemplando interações entre a Antártica e Ártico são possíveis e as atividades a serem desenvolvidas na região ártica devem estar explicitadas no formulário estruturado de propostas.

**1.3.1.1** - A proposta deve conter descrição detalhada das atividades, incluindo: localização, periodicidade e quantidade de pesquisadores, bem como grupo internacional colaborador (se for o caso).

**1.3.1.2** - A proposta deve explicitar claramente qual(is) o(s) grupo(s) de pesquisa internacional(ais) ou programas de pesquisa prestarão apoio logístico para a realização das atividades.

**1.3.1.3** - O orçamento das atividades realizadas no Artigo não deve ultrapassar 20% do valor total solicitado.

**1.3.2** - Não serão apoiadas propostas de pesquisa realizadas exclusivamente no Artigo.

## 2 - Cronograma

<b>FASES</b>	<b>DATA</b>
Lançamento da Chamada no Diário Oficial da União e na página do CNPq	<b>24/05/2023</b>
Prazo para impugnação da Chamada	<b>05/06/2023</b>
Data limite para submissão das propostas	<b>28/07/2023</b>
Período de Julgamento	<b>Setembro/2023</b>
Divulgação do resultado preliminar do julgamento no Diário Oficial da União, por extrato, e na página do CNPq na internet	<b>Outubro/2023</b>
Prazo final para interposição de recurso administrativo	<b>Dez dias após a divulgação do resultado preliminar</b>
Divulgação da decisão no Diário Oficial da União, por extrato, e na página do CNPq na internet	<b>30/11/2023</b>

## 3 - Critérios de Elegibilidade

**3.1** - Os critérios de elegibilidade indicados abaixo são obrigatórios e a ausência de qualquer um deles resultará no indeferimento da proposta.

### 3.2 - Quanto ao Proponente e Equipe

**3.2.1** - O responsável pela apresentação da proposta deverá, obrigatoriamente:

- ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta;
- possuir o título de Doutor;
- ser o coordenador do projeto;
- possuir vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto ou, se aposentado, comprovar manter atividades acadêmicos-científicas e apresentar declaração da instituição de execução do projeto concordando com a sua execução.

**3.2.2** - No formulário de submissão da proposta, o proponente deverá declarar para os devidos fins de direito que não possui qualquer inadimplência com o CNPq e com a Administração Pública Federal, direta ou indireta, sob pena de indeferimento.

**3.2.2.1** - Caso constatada, a qualquer tempo, a falsidade da declaração, o CNPq adotará as providências cabíveis diante dos indícios de crime de falsidade ideológica.

### **3.3 - Quanto à Instituição de Execução do Projeto**

**3.3.1** - A instituição de execução do projeto deverá estar cadastrada no Diretório de Instituições do CNPq, devendo ser uma Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT).

**3.3.1.1** - Entende-se por Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT): órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos.

**3.3.2** - A instituição de execução do projeto é aquela com a qual o proponente deve apresentar vínculo.

## **4 - Recursos Financeiros**

**4.1** - As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), oriundos do Termo de Execução Descentralizada (TED) N° 1433/22 firmado entre o CNPq e a Finep/FNDCT, a serem liberados em 3 parcelas nos anos de 2023, 2024 e 2025, na forma pactuada no referido ajuste. Deste valor, R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) destinam-se ao pagamento de recursos de custeio, R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) ao pagamento de recursos de capital e R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) ao pagamento de recursos de bolsas.

**4.1.1** - Outros recursos decorrentes de parcerias futuras poderão ser aplicados na suplementação de propostas aprovadas no âmbito desta Chamada e/ou na contratação de novos projetos dentre os aprovados quanto ao mérito.

**4.1.2** - Quando o desembolso ocorrer em mais de um exercício financeiro, o repasse de cada ano ficará condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq e dos demais parceiros.

**4.2** - Identificada a conveniência e a oportunidade e havendo disponibilidade de recursos adicionais para esta Chamada, em qualquer fase, o CNPq e o(s) parceiro(s) poderá(ão) suplementar os projetos contratados e/ou contratar novos projetos dentre os aprovados quanto ao mérito.

**4.2.1** - No caso descrito no subitem 4.2, excepcionalmente, a seleção dos projetos a serem suplementados ou contratados pelo CNPq (e o(s) parceiro(s)) seguirá a prioridade determinada pela DEX, por meio de decisão devidamente fundamentada, ou pelo(s) parceiro(s), mediante justificativa e aprovação da DEX.

**4.3** - As informações sobre os fundos setoriais (documentos básicos, diretrizes estratégicas, legislação básica, etc.) estão disponíveis em: <http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/fndct/historico-e-legislacao> (acesso em 18/05/2023)

**4.4** - Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos cuja instituição de execução esteja sediada nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional – FNDCT.

**4.4.1** - Caso não existam propostas qualificadas em número suficiente para que este percentual seja atingido, a critério do CNPq os recursos não utilizados poderão ser alocados em projetos aprovados em outras regiões.

**4.5** - Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos cuja coordenação seja exercida por uma pesquisadora do sexo feminino.

**4.5.1**- Caso não existam propostas qualificadas em número suficiente para que este percentual seja atingido, a critério do CNPq os recursos não utilizados poderão ser alocados em projetos conforme ordem de qualificação.

**4.6** - O valor solicitado poderá sofrer cortes de acordo com a avaliação do CNPq.

**4.7** - Os projetos terão o valor máximo de financiamento de acordo com as respectivas linhas da Chamada:

<b>Linha Temática</b>	<b>Intervalo de financiamento</b>	<b>Recursos estimados por Linha</b>
Linha 1	R\$ 1.000.000,00 – R\$ 2.500.000,00	R\$ 12.000.000,00
Linha 2	R\$ 1.000.000,00 – R\$ 2.000.000,00	R\$ 8.000.000,00
Linha 3	R\$ 500.000,00 – R\$ 1.000.000,00	R\$ 4.000.000,00
Linha 4	R\$ 300.000,00 – R\$ 800.000,00	R\$ 3.500.000,00
Linha 5	R\$ 300.000,00 – R\$ 600.000,00	R\$ 2.000.000,00
Linha 6	R\$ 200.000,00 – R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00

**4.7.1** - Os recursos não utilizados em uma linha poderão ser transferidos pela Diretoria Executiva do CNPq para outras linhas.

**4.7.2** - Cada proponente poderá submeter uma única proposta vinculada a apenas uma das linhas de financiamento.

**4.7.3** - A Diretoria Executiva do CNPq poderá, em eventual identificação de recursos adicionais para a Chamada, ajustar os valores das faixas indicadas no subitem 4.7.

## **5 - Itens Financiáveis**

**5.1** - Os recursos da presente chamada serão destinados ao financiamento de itens de custeio, capital e bolsa, compreendendo:

## 5.2 - Custeio

- a) material de consumo;
- b) serviços de terceiros – pagamento integral ou parcial de contratos para pessoa física ou jurídica, de caráter eventual;
- c) despesas acessórias de importação; e
- d) passagens e diárias, de acordo com as Tabelas de Valores de Diárias para Auxílios Individuais e Bolsas de Curta Duração do CNPq.

**5.2.1** - Qualquer pagamento à pessoa física deverá ser realizado de acordo com a legislação em vigor, de forma a não estabelecer vínculo empregatício.

**5.2.2** - A mão-de-obra empregada na execução do projeto não terá vínculo de qualquer natureza com o CNPq e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos, permanecendo na exclusiva responsabilidade do Coordenador e da Instituição de execução do projeto.

**5.2.3** - O pagamento de despesas de publicação deverá priorizar o modelo de acesso aberto.

**5.2.4** - As propostas devem obrigatoriamente prever em seus orçamentos recursos de passagens e diárias para que a coordenação do projeto participe de duas reuniões de acompanhamento e avaliação a serem realizadas preferencialmente em Brasília/DF, com duração de até 3 dias cada uma.

**5.2.5** - Os projetos de pesquisa devem prever em seus orçamentos, quando necessário, as despesas com a “logística científica” para atividades de campo e treinamento pré-antártico.

**5.2.6** - As propostas poderão prever recursos que viabilizem a organização de reuniões, nacionais e internacionais, relacionados às ciências antárticas, bem como a participação de pesquisadores brasileiros em fóruns científicos antárticos, sobretudo aqueles ligados ao Sistema do Tratado da Antártica (STA), tais como o SCAR (*Scientific Committee on Antarctic Research*).

## 5.3 - Capital

- a) Equipamentos e material permanente; e
- b) Material bibliográfico.

**5.3.1** - Os bens gerados ou adquiridos no âmbito de projetos contratados nesta Chamada deverão ser incorporados, desde sua aquisição, ao patrimônio da Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) à qual o coordenador ou pesquisador beneficiado estiver vinculado.

**5.3.1.1** - Será de responsabilidade do pesquisador e da ICT a forma de incorporação do bem à instituição.

**5.3.1.2** - O pesquisador deverá anexar à Prestação de Contas a documentação comprobatória da incorporação do bem ao patrimônio da ICT.

## 5.4 - Bolsas

**5.4.1** - Serão concedidas bolsas nas modalidades Desenvolvimento Tecnológico e Industrial – DTI, Extensão no País – EXP, Especialista Visitante – EV, Iniciação Tecnológica e Industrial – ITI,

Apoio Técnico em Extensão no País (ATP), Fixação e Capacitação de Recursos Humanos – SET, Iniciação Tecnológica em TICs – ITC e Desenvolvimento Tecnológico em TICs – DTC.

**5.4.2** - A implementação das bolsas deverá ser realizada dentro dos prazos e critérios estipulados para as modalidades indicadas nos termos da Resolução Normativa nº 015/2010 - Bolsas de Fomento Tecnológico e Extensão Inovadora (DTI, EXP, EV, ITI e ATP) ou da Portaria CNPq Nº 530, de 29 de junho de 2021 (DTC e ITC).

**5.4.3** - A duração das bolsas não poderá ultrapassar o prazo de execução do projeto.

**5.4.4** - As bolsas não poderão ser utilizadas para pagamento de prestação de serviços, uma vez que esta utilização estaria em desacordo com a finalidade das bolsas do CNPq.

**5.4.5** - Caberá ao coordenador, após firmar o TERMO DE OUTORGA com o CNPq, promover as indicações dos bolsistas.

**5.4.6** - Será admitida a transformação de bolsas, considerando as características do projeto e as modalidades previstas nesta chamada.

**5.4.6.1** - A transformação de bolsas será analisada pelo CNPq, considerando a justificativa apresentada por meio do Formulário de Indicação de Bolsista na Plataforma Integrada Carlos Chagas, com fundamento nos seguintes critérios:

- a) o objeto da ação, do projeto ou pesquisa não poderão ser alterados;
- b) manutenção do valor total aprovado para bolsas no projeto; e
- c) limitação à vigência final do projeto

**5.5** - São vedadas despesas com:

- a) certificados, ornamentação, coquetel, alimentação, *shows* ou manifestações artísticas de qualquer natureza;
- b) despesas de rotina, como contas de luz, água e telefone, entendidas como despesas de contrapartida obrigatória da instituição de execução do projeto;
- c) despesas de correios e reprografia, salvo se relacionadas diretamente com a execução do projeto de pesquisa;
- d) pagamento de taxas de administração, de gerência, a qualquer título;
- e) obras civis (*ressalvadas as obras com instalações e adaptações necessárias ao adequado funcionamento de equipamentos, as quais deverão ser justificadas no orçamento detalhado da proposta*), entendidas como de contrapartida obrigatória da instituição de execução do projeto;
- f) aquisição de veículos automotores;
- g) pagamento de salários ou complementação salarial de pessoal técnico e administrativo ou quaisquer outras vantagens para pessoal de instituições públicas (federal, estadual e municipal);
- h) pagamento de serviços de terceiros a agente público da ativa por serviços prestados, à conta de quaisquer fontes de recursos; e

i) pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados.

**5.5.1** - As demais despesas serão de responsabilidade do proponente e da instituição de execução do projeto, respondendo cada um por seus respectivos atos.

**5.6** - Para contratação ou aquisição de bens e serviços deverá ser observada a Portaria CNPq Nº 914, de 1º de julho de 2022, que dispõe sobre a Utilização De Recursos e Prestação De Contas.

**5.7** – O CNPq não responderá pela suplementação de recursos para fazer frente a despesas decorrentes de quaisquer fatores externos ao seu controle, como flutuação cambial.

## **6 - Submissão da Proposta**

**6.1** - As propostas deverão ser encaminhadas ao CNPq exclusivamente via Internet, utilizando-se o Formulário de Propostas *online* disponível na [Plataforma Integrada Carlos Chagas](#).

**6.2** - O horário limite para submissão das propostas ao CNPq será até às 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos), horário de Brasília, da data descrita no **CRONOGRAMA**.

**6.2.1** - Recomenda-se o envio das propostas com antecedência, uma vez que o CNPq não se responsabilizará por aquelas não recebidas em decorrência de eventuais problemas técnicos e de congestionamentos.

**6.2.2** - Caso a proposta seja enviada fora do prazo de submissão, ela não será recebida pelo sistema eletrônico do CNPq.

**6.3** - Esclarecimentos e informações adicionais acerca desta Chamada poderão ser obtidos pelo endereço eletrônico [atendimento@cnpq.br](mailto:atendimento@cnpq.br) ou pelo telefone (61) 3211-4000.

**6.3.1** - O atendimento telefônico encerra-se impreterivelmente às 18h30 (horário de Brasília), em dias úteis.

**6.3.2** - É de responsabilidade do proponente entrar em contato com o CNPq em tempo hábil para obter informações ou esclarecimentos.

**6.3.3** - Eventual impossibilidade de contato ou ausência de resposta do CNPq não será admitida como justificativa para a inobservância do prazo previsto no cronograma para submissão da proposta.

**6.4** - Todas as instituições de pesquisa envolvidas com o projeto, sejam nacionais ou internacionais, deverão estar cadastradas previamente no Diretório de Instituições do CNPq.

**6.4.1** - O sistema informatizado do CNPq não receberá propostas cujas instituições de pesquisa não estiverem devidamente cadastradas no Diretório de Instituições.

**6.5** - O Formulário de Propostas *on-line* deverá ser preenchido com as seguintes informações:

- a) Identificação da proposta;
- b) Dados do proponente;
- c) Integrantes de equipe;
- d) Instituições participantes;



- e) Área do conhecimento predominante e áreas do conhecimento correlatas;
- f) Orçamento detalhado;
- g) Dados gerais do projeto em português, incluindo título, palavras-chave, resumo e objetivo geral;
- h) Relevância e impacto do projeto para o desenvolvimento científico, tecnológico ou de inovação;
- i) Informações dos membros da equipe; e
- j) Metas e indicadores da proposta.

**6.5.1** - Todos os itens do formulário devem ser necessariamente preenchidos, sob pena de indeferimento da proposta.

**6.5.2** - Deverão ser cadastrados previamente ao ato de inscrição:

a) no Currículo Lattes: proponente e demais membros do projeto detentores de Cadastro de Pessoa Física (CPF); e

b) no Currículo Lattes ou no identificador ORCID (Open Researcher and Contributor ID): proponente e demais membros do projeto não detentores de Cadastro de Pessoa Física (CPF).

c) na Plataforma Nacional de Infraestrutura de Pesquisa – PNIPE/MCTI - <https://pnipe.mctic.gov.br/>: os equipamentos com valor superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) que estão disponíveis para a execução do projeto, caso tal cadastro ainda não tenha sido feito.

**6.5.3** - A equipe técnica poderá ser constituída por pesquisadores, estudantes e técnicos.

**6.5.3.1** - Outros profissionais poderão integrar a equipe na qualidade de colaboradores.

**6.5.4** - Somente deverão ser indicados como instituições participantes do projeto e como membro da equipe aqueles que tenham prestado anuências formais escritas, as quais deverão ser mantidas sob a guarda do coordenador do projeto.

**6.5.4.1** - O coordenador do projeto poderá ser responsabilizado civil e penalmente pela indicação falsa de membros da equipe.

**6.6** - As propostas deverão incluir um arquivo anexo contendo as seguintes informações:

- a) Título;
- b) Qualificação do principal problema a ser abordado.
- c) Objetivos e metas<sup>1</sup> a serem alcançados.
- d) Metodologia a ser empregada.
- e) Principais contribuições científicas ou tecnológicas da proposta.
- f) Caráter multidisciplinar e interdisciplinar da proposta.
- g) Orçamento detalhado.

---

<sup>1</sup> Metas expressam, em dados quantitativos e/ou qualitativos, como os resultados planejados e esperados devem ser alcançados.

- h) Cronograma físico-financeiro.
- i) Identificação dos demais participantes do projeto.
- j) Grau de interesse e comprometimento de empresas com o escopo da proposta, quando for o caso.
- k) Indicação de colaborações ou parcerias já estabelecidas com outros centros de pesquisa na área, incluindo, em especial, parcerias já firmadas com grupos de pesquisa emergentes em ciência antártica.
- l) Indicação de colaborações ou parcerias já estabelecidas com outros centros de pesquisa no exterior nas respectivas áreas de atuação dos projetos, com descrição detalhada das estratégias e mecanismos efetivos para concretização da colaboração ou parceria.
- m) Disponibilidade efetiva de infra-estrutura e de apoio técnico para o desenvolvimento do projeto.
- n) Estimativa dos recursos financeiros de outras fontes que serão aportados pelos eventuais Agentes Públicos e Privados parceiros.
- o) Estratégia de divulgação científica.
- p) Outras Considerações.
- q) Principais Referências Bibliográficas.

**6.6.1** - O envio do arquivo é obrigatório e sua ausência implicará no indeferimento da proposta.

**6.6.2** - O arquivo deverá ser gerado em formato PDF OCR e anexado ao Formulário de Propostas *on-line*, limitando-se a 1Mb (um megabyte).

**6.6.3** - Caso seja necessário utilizar figuras, gráficos, fotos e/ou outros para esclarecer a argumentação da proposta, a capacidade do arquivo não poderá ser comprometida, pois as propostas que excederem o limite de 1Mb não serão recebidas pelo guichê eletrônico do CNPq.

**6.7** - Após o envio, será gerado um recibo eletrônico de protocolo da proposta submetida, o qual servirá como comprovante da transmissão.

**6.8** - Será aceita uma única proposta por proponente.

**6.9** - Na hipótese de envio de mais de uma proposta pelo mesmo proponente, respeitando-se o prazo limite estipulado para submissão das propostas, será considerada para análise somente a última proposta recebida.

**6.10** - Constatado o envio de propostas idênticas, apresentadas por diferentes proponentes, todas as propostas nesta condição serão indeferidas pelo CNPq.

### **6.11 - Logística Científica**

Os projetos que tiverem previstas atividades de campo deverão, OBRIGATORIAMENTE, apresentar as seguintes informações:

a) Objetivos das atividades de campo;

b) Informações para o desenvolvimento das atividades propostas:

- I. Nome(s) do(s) local(is) proposto(s): ilha, península, estação de pesquisa estrangeira, NApOc Ary Rongel, NPo Alte Maximiano, Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) ou outros locais;

II. Coordenadas geográficas do(s) local(is) proposto(s): informar as coordenadas geográficas do(s) ponto(s) e/ou área(s) onde se propõe realizar as atividades de pesquisa;

III. Atividade(s) que será(ão) desenvolvida(s) no(s) local(is) proposto(s): informar, para cada local proposto, a atividade que será desenvolvida.

IV. Informar, para cada local, meio de execução e necessidade de cada atividade, (somente embarcado, acampamento, coleta por bote ou outros meios);

V. Informar, para cada local, a duração em dias/horas das atividades propostas nos locais solicitados para cada OPERANTAR, especificando em quantas Operações serão desenvolvidas cada atividade;

VI. Informar, para cada local, os meses do ano que as atividades poderão ser desenvolvidas, incluindo possíveis restrições para o desenvolvimento da(s) atividade(s) em outros meses;

VII. Informar, para cada local, a quantidade máxima e mínima de pesquisadores necessários para o desenvolvimento das atividades;

VIII. Informar, para cada local, quais equipamentos serão necessários para a realização das atividades propostas, tais como: equipamentos específicos dos navios, laboratórios, veículos, botes ou outros.

c) Quantidade de Operações Antárticas necessárias para a conclusão das atividades do projeto proposto, limitada à vigência da Chamada;

d) Quantidade de vagas para o Treinamento Pré-Antártico (TPA) que será necessária para cada ano de vigência da Chamada, as quais devem estar de acordo com a quantidade de pesquisadores informada no item VII;

e) Informar os equipamentos do projeto que necessitarão ser embarcados e/ou instalados nos navios e/ou EACF por ocasião de cada Operação Antártica.

**6.11.1** - A utilização da logística fornecida pela Marinha do Brasil não é obrigatória.

**6.11.1.1** - As propostas nesta condição devem apresentar as mesmas informações exigidas no item 6.11, indicando a(s) empresa(s) que serão contratadas.

## **6.12 - Pesquisa em Área Antártica**

Considerando os princípios relativos à Proteção do Meio Ambiente Antártico do Protocolo de Madri, os projetos que tiverem previstas atividades de campo deverão, OBRIGATORIAMENTE, apresentar as seguintes informações:

a) Indicar se a pesquisa será realizada em Áreas Antárticas Especialmente Protegidas (ASPA) e/ou Áreas Antárticas Especialmente Gerenciadas (ASMA);

b) Justificativa para realização da pesquisa em Área Antártica;

c) Justificativa para realização de coleta de material do meio biótico ou abiótico, quando for o caso;

d) Localização onde serão desenvolvidas as atividades de pesquisa de campo;

- e) Descrição das atividades a serem realizadas;
- f) Metodologia de captura e de coleta do material; e
- g) Indicação do material e de quantidades a serem coletadas, quando for o caso.

**6.13** - A ausência de uma ou mais informações elencadas no subitem 6.6, 6.11 e 6.12 poderá prejudicar a análise de mérito do pedido.

**6.14** - O proponente que não tiver previsto em sua proposta a realização de atividades de campo, conforme descrito nos subitens 6.11 e 6.12, poderá não ter permissão para realizá-las posteriormente, tendo em vista as limitações logísticas e ambientais relacionadas à execução do Programa.

**6.14.1** - A viabilidade ambiental da execução das atividades de campo no Continente Antártico será analisada pelo Grupo de Avaliação Ambiental (GAAM), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

**6.14.2** - A viabilidade logística da execução das atividades de campo, para aqueles projetos que necessitem de apoio da Marinha do Brasil, será analisada pelo Grupo de Operações (GO) da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SeCIRM)/Comando da Marinha.

**6.14.3** - Para a apresentação do projeto recomenda-se fortemente a utilização do Modelo Estruturado que consta no Anexo I desta Chamada.

**6.15** - Observações para auxílio no preenchimento do orçamento:

a) Vestimentas Antárticas - O PROANTAR não irá fornecer itens considerados pessoais, tais como: gorros, balaclavas, luvas tipo segunda pele, luvas de lã, roupas de segunda pele e meias. Tais itens deverão ser adquiridos pelos pesquisadores e/ou projetos. Os demais itens considerados essenciais para a atividade na Antártica serão fornecidos pelo Programa.

b) Material de acampamento - O PROANTAR não irá fornecer os seguintes itens para acampamento, considerados pessoais e de consumo: talheres, pratos, copos, pilhas, fita tipo "silver tape", utensílios gerais de cozinha, lanternas individuais, etc. Portanto, tais itens deverão ser adquiridos por cada Projeto quando da solicitação de acampamentos. Os demais itens, tais como barracas, fogão, colchonetes, geradores, cabos de energia, cadeiras, mesas, rádios comunicadores e alimentação básica serão fornecidos pelo Programa.

## 7 - Julgamento

### 7.1 - Critérios do Julgamento

**7.1.1** - Os critérios para classificação das propostas quanto ao mérito técnico-científico e sua adequação orçamentária são:

Critérios de análise e julgamento	Peso	Nota
-----------------------------------	------	------

<b>A</b>	Mérito, originalidade e relevância do projeto para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País em consonância com as diretrizes científicas das políticas nacionais	4	0 a 10
<b>B</b>	Experiência prévia do Coordenador na área do projeto de pesquisa, considerando sua produção científica ou tecnológica, nos últimos cinco anos	3	0 a 10
<b>C</b>	Coerência e adequação entre a capacitação e a experiência da equipe do projeto aos objetivos, atividades e metas propostos	2	0 a 10
<b>D</b>	Adequação do orçamento, metodologia e cronograma de execução com os objetivos, atividades e metas propostas.	2	0 a 10
<b>E</b>	Adequação da proposta às tendências atuais em divulgação científica, educação ambiental e engajamento de diferentes públicos conforme definido no item 1.1	2	0 a 10
<b>F</b>	Existência de parcerias multi-institucionais organizadas em redes de pesquisa que contribuam significativamente para a produção científica brasileira de qualidade, na geração de conhecimentos científicos, tecnológicos e em inovação relacionados à Antártica	1	0 a 10
<b>G</b>	Plano de Divulgação Científica	1	0 a 10
<b>H</b>	Detalhamento das informações ambientais e logísticas (Caso afirmativo atribuir nota 10; caso negativo, atribuir nota 0).	1	0 ou 10
<b>I</b>	Existência de colaborações com Programas Antárticos de outros Países e/ou grupos de pesquisa internacionais	1	0 a 10

**7.1.1.1** - Para estipulação das notas poderão ser utilizadas até duas casas decimais.

**7.1.1.4** - A nota final de cada proposta será aferida pela média ponderada das notas atribuídas para cada item.

**7.1.1.5** - O Comitê Julgador considerará, em caso de empate, a maior nota obtida no critério de julgamento "A" e, em permanecendo o empate, a maior nota obtida no critério de julgamento "B".

## **7.2 - Etapas do Julgamento**

### **7.2.1 - Etapa I – Classificação pelo Comitê Julgador**

**7.2.1.1** - A composição e as atribuições do Comitê Julgador seguirão as disposições contidas na Resolução Normativa nº 002/2015.

**7.2.1.1.1** - É vedado a qualquer membro do Comitê:

a) julgar propostas em que esteja participando da equipe do projeto seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau;

b) julgar propostas em que esteja litigando judicial ou administrativamente com qualquer membro da equipe do projeto ou seus respectivos cônjuges ou companheiros;

c) julgar propostas em que haja qualquer outro conflito de interesse; e/ou

d) divulgar, antes do anúncio oficial do CNPq, os resultados de qualquer julgamento.

**7.2.1.2** - As propostas serão classificadas pelo Comitê Julgador seguindo os critérios de julgamento dispostos nesta Chamada.

**7.2.1.3** - Todas as propostas avaliadas serão objeto de parecer de mérito consubstanciado, contendo a fundamentação que justifica a pontuação atribuída.

**7.2.1.3.1** - O Comitê Julgador poderá se valer de pareceres de Consultores *ad hoc* para o embasamento de suas decisões.

**7.2.1.4** - Concluída a análise o Comitê recomendará a aprovação ou a não aprovação das propostas quanto ao mérito.

**7.2.1.4.1** - Para cada proposta recomendada para aprovação, o Comitê Julgador deverá sugerir o valor a ser financiado pelo CNPq.

**7.2.1.4.2** - O Comitê Julgador não recomendará a aprovação de proposta que tenha sofrido corte no orçamento acima de 30% (trinta por cento).

**7.2.1.5** - O parecer final do Comitê Julgador será registrado em Planilha de Julgamento, contendo a relação de todas as propostas com as respectivas notas finais, assim como outras informações e recomendações julgadas pertinentes.

**7.2.1.5.1** - A Planilha de Julgamento será assinada pelos membros do Comitê.

**7.2.1.6** - Durante a classificação das propostas pelo Comitê Julgador, o Gestor da Chamada e a área técnico-científica responsável acompanharão as atividades e poderão recomendar ajustes e correções necessários, com vistas à adequação dos pareceres às disposições desta Chamada.

## **7.2.2 - Etapa II – Análise pela Área Técnico-Científica do CNPq**

**7.2.2.1** - Esta etapa consiste:

a) na análise do cumprimento dos critérios de elegibilidade e das demais disposições desta Chamada, cuja inobservância ensejará o indeferimento das propostas; e

b) na revisão da classificação pelo Comitê Julgador, caso necessário.

**7.2.2.2** - A área técnico-científica analisará os pareceres elaborados pelo Comitê Julgador e a Planilha de Julgamento e apresentará subsídios, por meio de Nota Técnica, para a decisão da Diretoria Científica do CNPq.

**7.2.2.3** - A área técnico-científica, mediante nota técnica, poderá apontar itens orçamentários, informações equivocadas ou inverídicas, inconsistências técnicas, equívocos de julgamento, elementos a serem inseridos, modificados ou excluídos, que poderão, ou não, inviabilizar a aprovação da proposta.

**7.2.2.3.1** - Na hipótese do subitem 7.2.2.3, a área técnico-científica adotará as providências necessárias para saneamento, podendo recomendar, inclusive, a elaboração de novo parecer, a complementação do parecer anterior e/ou a retificação da Planilha de Julgamento.

### **7.2.3 - Etapa III – Decisão Preliminar**

**7.2.3.1** - A Diretoria Científica – DCTI emitirá decisão com fundamento na Nota Técnica elaborada pela área técnico-científica responsável, acompanhada dos documentos que compõem o processo de julgamento.

**7.2.3.1.1** - Na decisão constarão as propostas aprovadas e as não aprovadas quanto ao mérito, e as indeferidas.

**7.2.3.1.2** - Dentre as propostas aprovadas serão destacadas as que serão contratadas considerando o limite orçamentário desta Chamada, com a indicação dos respectivos recursos de financiamento.

**7.2.3.2** - A relação das propostas aprovadas com indicação dos respectivos recursos de financiamento, considerando o limite orçamentário desta Chamada, será divulgada na página eletrônica do CNPq, disponível na Internet no endereço [www.cnpq.br](http://www.cnpq.br), e publicada, por extrato, no Diário Oficial da União conforme CRONOGRAMA.

**7.2.3.3** - Todos os proponentes terão acesso aos pareceres que apreciaram a sua proposta e que fundamentaram a decisão preliminar, preservada a identificação dos pareceristas.

## **8 - Recurso Administrativo da Decisão Preliminar**

**8.1** - Da decisão preliminar caberá recurso a ser interposto mediante formulário eletrônico específico, disponível na Plataforma Integrada Carlos Chagas (<http://carloschagas.cnpq.br>), no prazo de 10 (dez) dias corridos a partir da publicação do resultado no DOU e na página do CNPq.

**8.2** - O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará à Comissão Permanente de Avaliação de Recursos (COPAR).

## **9 - Decisão Final do Julgamento pela DEX**

**9.1** - A Diretoria Executiva emitirá decisão final do julgamento com fundamento em Nota Técnica elaborada pela área técnico-científica responsável, acompanhada dos documentos que compõem o processo de julgamento, observada a deliberação da COPAR.

**9.2** - O resultado final do julgamento será divulgado na página eletrônica do CNPq, disponível na Internet no endereço [www.cnpq.br](http://www.cnpq.br) e publicado, por extrato, no Diário Oficial da União, conforme CRONOGRAMA.

## **10 - Implementação e Execução das Propostas Aprovadas**

**10.1** - As propostas aprovadas serão apoiadas na modalidade de Auxílio Individual, em nome do proponente, mediante assinatura de TERMO DE OUTORGA.

**10.2** - A assinatura do TERMO DE OUTORGA ficará subordinada à existência prévia de Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a instituição de execução do projeto e o CNPq, conforme disposto na RN nº 006/2019.

**10.3** - O proponente terá até 90 (noventa) dias para assinar o TERMO DE OUTORGA a partir da data da publicação do extrato da decisão final do julgamento desta Chamada no DOU.

**10.3.1** - O prazo estabelecido no subitem 10.3 poderá ser prorrogado, a critério da Diretoria Científica - DCTI, mediante pedido justificado apresentado pelo proponente em até 15 (quinze) dias anteriores ao término do prazo fixado.

**10.3.2** - Expirado o prazo estabelecido no item 10.3 ou a sua prorrogação, sem que o proponente tenha assinado o TERMO DE OUTORGA, decairá o direito à concessão, hipótese em que o CNPq poderá apoiar eventuais proponentes cujas propostas, não obstante aprovadas, não tenham sido contratadas dado o limite de recursos desta Chamada, observada a ordem de classificação.

**10.3.3** - Excepcionalmente, o prazo estabelecido no subitem 10.3 poderá ser prorrogado pela Diretoria Executiva do CNPq, mediante pedido justificado apresentado pelo gestor da Chamada em até 15 (quinze) dias anteriores ao término do prazo, hipótese em que a prorrogação do prazo beneficiará todos os proponentes cujas propostas tenham sido aprovadas.

**10.4** - As propostas a serem apoiadas pela presente Chamada deverão ter seu prazo máximo de execução estabelecido em 48 (quarenta e oito) meses.

**10.4.1** - Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado por até 6 (seis) meses, mediante pedido fundamentado do proponente, a critério do CNPq.

**10.4.1.1** - A prorrogação da execução do projeto deverá observar necessariamente a correspondente prorrogação do instrumento de cooperação (Termo de Execução Descentralizada - TED).

**10.5** - O proponente deverá manter, durante a execução do projeto, todas as condições, apresentadas na submissão da proposta, de qualificação, habilitação e idoneidade necessárias ao perfeito cumprimento do seu objeto e preservar atualizados os seus dados cadastrais nos registros competentes.

**10.6** - A existência de registro de inadimplência, por parte do proponente, com o CNPq, com a Receita Federal do Brasil e no SIAFI constituirá fator impeditivo para a contratação do projeto.

**10.6.1** - A inadimplência constatada após a contratação será fator impeditivo para os desembolsos financeiros no decorrer do projeto.

**10.7** - As informações geradas com a implementação das propostas selecionadas e disponibilizadas na base de dados do CNPq serão consideradas de acesso público, observadas as disposições abaixo.

**10.7.1** - Os projetos submetidos a esta Chamada, bem como quaisquer relatórios técnicos apresentados pelos pesquisadores e/ou bolsistas para o CNPq, que contenham informações sobre os projetos em andamento terão acesso restrito até o ato decisório referente à aprovação final pelo CNPq (art. 7º, §3º, da Lei nº 12.527/2011 e art. 20 do Decreto nº 7.724/2012).

**10.7.2** - Os proponentes cujos projetos tenham sido submetidos ao CNPq, bem como aqueles que apresentarem ao CNPq relatórios técnicos que possam gerar, no todo ou em parte, resultado potencialmente objeto de patente de invenção, modelo de utilidade, desenho industrial, programa de computador ou qualquer outra forma de registro de propriedade intelectual e semelhantes deverão manifestar explicitamente o interesse na restrição de acesso na ocasião da submissão do projeto e/ou do envio do relatório técnico.

**10.7.2.1** - As obrigações de sigilo e restrição de acesso público previstas no subitem 10.7.2 subsistirão pelo prazo de 5 (cinco) anos a partir da solicitação da restrição.

**10.7.2.2** - Em que pese a possibilidade de restrição de acesso, esta não reduz, contudo, a responsabilidade que os pesquisadores, suas equipes e instituições têm, como membros da



comunidade de pesquisa, de manter, sempre que possível, os resultados da pesquisa, dados e coleções à disposição de outros pesquisadores para fins acadêmicos.

**10.7.3** - As instituições envolvidas deverão assegurar que seus empregados, funcionários, agentes públicos e subcontratadas, que tenham acesso às informações de acesso restrito, tenham concordado em cumprir as obrigações de restrição de acesso à informação.

**10.7.4** - O CNPq disponibilizará, a seu critério, as informações primárias de todos os projetos, tais como: título, resumo, objeto, proponente(s), instituições executoras e recursos aplicados pelo órgão.

**10.8** - A concessão do apoio financeiro poderá ser cancelada pela Diretoria Executiva do CNPq mediante decisão devidamente fundamentada, por ocorrência, durante sua implementação, de fato cuja gravidade justifique o cancelamento, sem prejuízo de outras providências cabíveis.

**10.9** - É de exclusiva responsabilidade de cada proponente adotar todas as providências que envolvam permissões e autorizações especiais, de caráter ético ou legal, necessárias à execução do projeto.

## **11 - Do Monitoramento e da Avaliação**

**11.1** - As ações de monitoramento e avaliação terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular dos projetos.

**11.2** - Durante a execução o projeto será acompanhado e avaliado, em todas as suas fases, considerando o que dispõe o TERMO DE OUTORGA.

**11.3** - É reservado ao CNPq o direito de acompanhar, avaliar a execução do projeto/plano de trabalho e fiscalizar *in loco* a utilização dos recursos durante a vigência do processo.

**11.3.1** - Durante a execução do projeto o CNPq poderá, a qualquer tempo, promover visitas técnicas ou solicitar informações adicionais visando ao monitoramento e à avaliação do projeto.

**11.4** - O Coordenador deverá informar ao CNPq toda e qualquer alteração relativa à execução do projeto e, nos casos em que necessária, solicitar anuência prévia do CNPq por meio de pedido devidamente justificado, observado o disposto no Decreto nº 9.283/2018 e na RN nº 006/2019.

**11.4.1** - Durante a fase de execução do projeto, toda e qualquer comunicação com o CNPq deverá ser promovida por meio da Central de Atendimento: atendimento@cnpq.br.

**11.5** - Para fins de monitoramento e avaliação o Coordenador deverá apresentar ao CNPq formulário parcial de execução do projeto/plano de trabalho anualmente, considerando a data de início da vigência do processo do CNPq, via plataforma eletrônica, conforme determinado no TERMO DE OUTORGA.

**11.5.1** - Os resultados parciais obtidos pelo projeto de pesquisa serão acompanhados pelo CNPq que também considerará, dentre outros, os objetivos, o cronograma, as metas e os indicadores estabelecidos no projeto/plano de trabalho aprovado.

**11.6** - Constatado que o projeto não está sendo executado conforme o previsto, o CNPq determinará as diligências necessárias considerando o caso concreto e, caso não atendidas, promoverá o cancelamento da concessão, sem prejuízo da adoção das demais providências cabíveis conforme o caso.

**11.7** - Como disposto no item 5.2.4, o andamento das atividades também será monitorado por meio de 2 (duas) reuniões de acompanhamento e avaliação a serem realizadas preferencialmente em Brasília/DF, com duração de até 3 (três) dias cada uma.

## **12 - Prestação de Contas/Avaliação Final**

**12.1** - O Coordenador do projeto deverá encaminhar ao CNPq, por meio do formulário *online* específico, o Relatório de Execução do Objeto - REO no prazo de até 60 (sessenta) dias contados do término da vigência do respectivo processo do CNPq, em conformidade com o TERMO DE OUTORGA e Portaria CNPq N° 914, de 1º de julho de 2022, sob pena de ressarcimento dos valores despendidos pelo CNPq e demais penalidades previstas na legislação de Tomada de Contas Especial.

**12.1.1** - Todos os campos do REO deverão ser devidamente preenchidos.

**12.1.2** - O REO deverá conter, obrigatoriamente:

- a) a descrição das atividades desenvolvidas para o cumprimento dos objetivos e metas do projeto;
- b) a demonstração e o comparativo específico das metas com os resultados alcançados;
- c) o comparativo das metas cumpridas e das metas previstas devidamente justificadas em caso de discrepância; e
- d) informações sobre a execução das atividades de divulgação científica por meio de textos, *links* de acesso, endereços eletrônicos, fotografias, vídeos ou áudios, dentre outros produtos que poderão ser disponibilizados em repositórios públicos e utilizados pelo CNPq em suas atividades de comunicação institucional.

**12.1.3** - O Coordenador deverá anexar ao REO um arquivo contendo:

- a) declaração de que utilizou os recursos exclusivamente para a execução do projeto, acompanhada de comprovante da devolução dos recursos não utilizados, se for o caso;
- b) relação de bens adquiridos, desenvolvidos ou produzidos, quando houver, com a documentação comprobatória da incorporação dos bens ao patrimônio da instituição de execução do projeto;
- c) avaliação de resultados; e
- d) demonstrativo consolidado das transposições, dos remanejamentos ou das transferências de recursos efetuados, quando houver.

**12.2** - Caso o REO não seja aprovado ou apresente indícios de irregularidade o CNPq solicitará ao beneficiário que apresente o Relatório de Execução Financeira, acompanhado dos comprovantes digitalizados das despesas financeiras e demais documentos indicados na Portaria CNPq N° 914, de 1º de julho de 2022.

**12.2.1** - A critério do CNPq o Relatório de Execução Financeira poderá ser exigido do beneficiário independente da avaliação do REO.

**12.2.2** - Os comprovantes originais deverão ser mantidos pelo Coordenador do projeto pelo prazo de cinco anos contados da data de aprovação da prestação de contas final.

**12.3** - Eventuais equipamentos adquiridos com recursos do projeto, cujo valor seja igual ou superior a R\$ 50.000,00, deverão ser cadastrados na Plataforma Nacional de Infraestrutura de Pesquisa – PNIPE MCTI.

### **13 - Impugnação da Chamada**

**13.1** - Decairá do direito de impugnar os termos desta Chamada o cidadão que não o fizer até o prazo disposto no CRONOGRAMA.

**13.1.1** - Caso não tenha impugnado tempestivamente a Chamada, o proponente se vincula a todos os seus termos, decaindo o direito de contestar as suas disposições.

**13.2** - A impugnação deverá ser dirigida à Presidência do CNPq, por correspondência eletrônica, para o endereço: [presidencia@cnpq.br](mailto:presidencia@cnpq.br), seguindo os trâmites processuais previstos na Lei nº 9.784/1999.

**13.2.1** - A impugnação da Chamada não suspenderá nem interromperá os prazos estabelecidos no CRONOGRAMA.

### **14 - Publicações**

**14.1** - As publicações científicas e qualquer outro meio de divulgação ou promoção de eventos ou de projetos de pesquisa apoiados pela presente Chamada deverão citar, obrigatoriamente, o apoio do CNPq e de outras entidades/órgãos financiadores.

**14.1.1** - Nas publicações científicas o CNPq deverá ser citado exclusivamente como “Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq” ou como “*National Council for Scientific and Technological Development – CNPq*”.

**14.1.2** - Nas publicações científicas, o MCTI deverá ser citado exclusivamente como “Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI” ou como “Ministry of Science, Technology and Innovation - MCTI”.

**14.2** - As ações publicitárias atinentes a projetos realizados com recursos desta Chamada deverão observar rigorosamente as disposições que regulam a matéria.

**14.3** - Os artigos científicos resultantes dos projetos apoiados deverão ser publicados, preferencialmente, em periódicos de acesso público e depositados, em conjunto com os dados científicos e com todo material suplementar relacionado, em repositórios eletrônicos de acesso público.

**14.4** - Caso os resultados do projeto ou o relatório venham a ter valor comercial ou possam levar ao desenvolvimento de um produto ou método envolvendo o estabelecimento de uma propriedade intelectual, a troca de informações e a reserva dos direitos, em cada caso, dar-se-ão de acordo com o estabelecido na legislação vigente: Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/1996), Marco Legal de CT&I (EC 85/2015, Lei nº 10.973/2004, Lei nº 13.243/2016 e Decreto nº 9.283/2018) e normativo do CNPq que regula a matéria (PO 502/2021).

### **15 - Disposições Gerais**

**15.1** - A presente Chamada regula-se pelo disposto na Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015, e pelos preceitos de direito público inseridos no Marco Legal de CT&I, Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, Decreto nº 9.283, de 07 de fevereiro de 2018, e, em especial, pelas normas internas do CNPq.

**15.2** - A qualquer tempo, a presente Chamada poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, por meio de decisão devidamente fundamentada da Diretoria Executiva do CNPq, sem que isso implique direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

**15.3** - A Diretoria Executiva do CNPq reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas na presente Chamada.

Brasília, 23 de maio de 2023.

**CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.**

**DCTI – Diretoria Científica.**

**COCAM – Coordenação do Programa de Pesquisas em Ciências Ambientais e do Mar.**

**ANEXO I**  
**MODELO ESTRUTURADO – PROPOSTA COMPLETO**

<b>Título da Proposta:</b>		
<b>Coordenador da Proposta:</b>		
<b>Instituição Executora:</b>		
<b>Instituição (ões) Colaboradora (s):</b>		
<b>Chamada:</b>	Chamada CNPq/MCTI/FNDCT 082023 – Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR	
<b>Cooperação Científica</b> (pode ser assinalada somente uma opção):	01 ( )	Nacional - participantes apenas instituição (ões) brasileira (s)
	02 ( )	Internacional
	<b>Linhas de Pesquisa</b>	
<b>(Assinale somente uma opção)</b>	<b>1</b>	Criosfera, dinâmica atmosférica e mudanças climáticas
	<b>2</b>	Biodiversidade antártica
	<b>3</b>	Geodinâmica, Química dos Oceanos e Poluição Marinha
	<b>4</b>	Ciências Humanas e Sociais, e Saúde Polar
	<b>5</b>	Projetos de Grupos de Pesquisa Emergentes
	<b>6</b>	Comunicação Pública

## DETALHAMENTO DO PROJETO DE PESQUISA

1. Título:

2. Qualificação do principal problema a ser abordado:

3. Objetivos e metas<sup>1</sup> a serem alcançados:

4. Metodologia a ser empregada:

**Obs: Caso esteja prevista a execução de atividades de campo, é OBRIGATÓRIO informar:**

i) os objetivos das atividades de campo;

ii) o tipo de coleta a ser realizada;

iii) a localização com delimitação clara da área de atuação do projeto;

iv) o número de Operações Antárticas (OPERANTAR) pretendidas/programadas, bem como o período previsto para cada uma delas;

v) a metodologia amostral;

vi) o número de pesquisadores/membros da equipe que participarão das atividades de campo por OPERANTAR;

vii) o número de pesquisadores/membros da equipe que participarão do Treinamento Pré-Antártico (TPA);

viii) a duração da atividade;

ix) justificativas quanto ao esforço amostral;

x) justificativas das áreas a serem amostradas;

xi) necessidade de utilização de equipamentos e/ou infraestrutura a ser instalada;

xii) os equipamentos que devem ser embarcados e equipagens necessárias;

xiii) quando for o caso, indicar a necessidade de obtenção de Licença para Tomada de Fauna e Flora Autóctone, descrevendo as seguintes atividades de tomada de fauna e flora autóctone propostas: (i) as espécies, (ii) a quantidade, (iii) o local, (iv) a metodologia de captura e/ou de coleta de material biológico;

xiv) quando for o caso, indicar a necessidade de entrada em Áreas Protegidas (ASPAs) e Especialmente Gerenciadas (ASMA), descrevendo as seguintes atividades a serem realizadas

---

<sup>1</sup> Metas expressam, em dados quantitativos e/ou qualitativos, como os resultados planejados e esperados devem ser alcançados.



9. Identificação dos demais participantes do projeto:

Integrante de equipe	Instituição	Formação/Atuação profissional	Atividade (dedicação em horas)

10. Grau de interesse e comprometimento de empresas com o escopo da proposta, quando for o caso:

11. Indicação de colaborações ou parcerias já estabelecidas com outros centros de pesquisa na área, incluindo, em especial, parcerias já firmadas com grupos de pesquisa emergentes em ciência antártica: **(Enviar comprovação)**

12. Indicação de colaborações ou parcerias já estabelecidas com outros centros de pesquisa no exterior nas respectivas áreas de atuação dos projetos, com descrição detalhada das estratégias e mecanismos efetivos para concretização da colaboração ou parceria: **(Enviar comprovação)**

13. Disponibilidade efetiva de infra-estrutura e de apoio técnico para o desenvolvimento do projeto:

14. Estimativa dos recursos financeiros de outras fontes que serão aportados pelos eventuais Agentes Públicos e Privados parceiros:

15. Estratégia de divulgação científica:

16. Outras Considerações:

17. Principais Referências Bibliográficas: